



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 016/2012**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos dezenove dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, as 09h e 44 min (nove horas e quarenta e quatro minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima quadragésima quinta reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fatima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Alexandre Salgado Marder, Eduardo Kreuzer, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum, e os conselheiros suplentes: José Marcelino Heck e Manuel Roberto Escobar. Justificaram ausência os conselheiros: Alexandre Dias Abreu e Eros Miguel Sadowoy Martins. Aberta a sessão, o Presidente solicitou a leitura da Ata nº 015 da sessão do dia 12/06/2012 e em ato contínuo colocou-a em discussão, não havendo manifestações a mesma foi aprovada. Logo a seguir foi disponibilizado espaço aos conselheiros para apresentação de informes. A conselheira Marisa dirige-se ao conselheiro e Diretor Geral Rigotti trazendo um relato de que não é a primeira vez que tenta ligar para o telefone geral do PREVIMPA 3289-3500 e encontra dificuldade em ser atendida. A conselheira Maris convida a todos a participarem do encontro dos aposentados que será realizado no SIMPA no dia 26/06/2012 às 15h e terá como palestrante um delegado de polícia que falará sobre a legislação de proteção ao idoso, após terá um momento artístico e uma confraternização no final. A conselheira pergunta ao conselheiro Rigotti sobre as letras “E” e “F” e quanto à gratificação de incentivo e desempenho dos servidores da SMA se já saíram, pois é questionada por alguns colegas desta secretaria. O Presidente diz que embora não sendo informe o questionamento é oportuno. O conselheiro Rigotti primeiramente agradece a conselheira Marisa pelo seu informe e após responde a conselheira Maris, quanto à inclusão das letras “E” e “F” que serão feitas no ano de 2013 para quem preencher os requisitos de inclusão. Quanto à gratificação da SMA está sendo feito um estudo para ver qual a repercussão financeira e quanto à forma de pagamento, a PMPA deverá definir se será parcelada ou não. O conselheiro Ricardo informa que hoje está sendo realizado no teatro Renascença – Av. Érico Veríssimo nº 307 – POA/RS, o I Congresso do Programa de Atenção a Saúde do Servidor Municipal – PASS, com o tema “Trabalho e Saúde” – construção em diversos cenários. O Presidente informa que dia 11/06/12 a CMPA através da Mesa diretora assinou junto com a entidade sindical o acordo coletivo com vistas a data base de maio, a reposição foi de 5,11% extensivo a quem tem paridade, aumento no valor da GIT e vale alimentação passando de R\$ 15,00 para R\$ 20,00. O Presidente dá conhecimento de documentos emitidos e recebidos pela Secretaria deste Colegiado. 1- of. 11/2011 recebido do CF em 04/06/2012 – Relatório nº 01/2012 – Relatório dos meses de julho a setembro de 2011 – referente à análise financeira dos investimentos e análise do registro das receitas – contabilização; 2- of. Nº 13/2011 recebido do CF em 04/06/2012 – Relatório nº 02/2012 – Relatório das atividades do Conselho Fiscal no período de janeiro a dezembro de 2011; 3 – emissão de ofício nº

47 06/2012 ao Conselho Fiscal em atendimento a demanda da sessão anterior, quanto ao  
48 retorno do questionamento efetuado por esse Conselho sobre “teto remuneratório”. O  
49 Presidente relata ainda que após o final da reunião passada recebeu informação de que  
50 haveria disponibilidade de vagas para Conselheiros participarem de “atividade técnica” a  
51 ser realizado pela AGIP em parceria com a ABIPEN no centro de eventos da AIAMU nos  
52 dias 21 e 22/06/2012 que abordará os temas: Portaria MPS 170/12 e Emenda  
53 Constitucional 070/12, tendo em vista o término da reunião, porém como alguns  
54 conselheiros permaneciam no local, foi possível consultar e indicar os Conselheiros José  
55 Marcelino Heck e Fatima Regina Carlos Saikoski a representarem o Colegiado no evento,  
56 assim a Secretaria providenciou ofícios as Secretarias dos referidos servidores  
57 providenciando a liberação dos mesmos, sendo que a conselheira Fatima comunicou que  
58 não será possível se afastar de suas atividades nos dias do evento e não havendo tempo  
59 hábil para indicação de outro representante, somente irá representar este Colegiado o  
60 conselheiro José Marcelino. A conselheira Fatima informa que os encaminhamentos  
61 demandados na sessão anterior quanto ao convite a Diretora Previdenciária e a Chefe da  
62 Assejur na sessão do dia 26/06/12 foi providenciado e aceito pelas mesmas. Na sequência  
63 passou-se ao 1º ponto de pauta da ordem do dia. A conselheira Marisa leu o parecer nº  
64 007/2012 referente ao processo 009.001578.12.0.0000 – assunto pregão eletrônico – objeto  
65 aquisição de insumos para copiadora Konica destacando que: *“Ao todo compareceram 42*  
66 *empresas interessadas. Após exame da documentação necessária e conforme ata de*  
67 *juízo das propostas, somente cinco participaram do certame e a empresa vencedora*  
68 *pelo menor preço por lote foi a MILSUL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO*  
69 *LTDA. cujo prazo para a entrega da mercadoria é de 24 horas num valor total de R\$*  
70 *8.592,00 (oito mil, quinhentos e noventa e dois reais)”*. Diante o exposto conclui-se por  
71 *“parecer favorável a presente contratação, porém, submetemos a apreciação dos demais*  
72 *membros deste colegiado”*. Logo o Presidente colocou em votação o Parecer nº 007/2012.  
73 A conselheira Marisa salienta que observou uma enorme diferença de preços entre o 1º  
74 colocado e os demais participantes do certame. A conselheira Marilena questiona se a  
75 diferença de preço pode ser relacionada à qualidade, sendo respondida pela conselheira  
76 Marisa que o contrato é por “menor preço”. O conselheiro Brum questiona se para  
77 modalidade pregão eletrônico tem “preço vil” – preço baixo demais que torna o certame  
78 inexecutável. O conselheiro Gilmar diz que no caso de grandes diferenças entre o 1º  
79 colocado e os demais pode incorrer em investigação do Ministério Público quando tiver de  
80 ser chamado a segunda empresa colocada em função de a primeira apresentar problemas na  
81 apresentação da documentação. Após as manifestações acerca das diferenças de preços  
82 apontadas no relato, o parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na sequência  
83 passou-se ao segundo ponto de pauta – apresentação do cálculo atuarial. A apresentação  
84 contou com a presença da Diretora Financeira – Liege Mentz e da Atuária – Aline Michele  
85 Buss, ambas do PREVIMPA e dos Srs. José Guilherme Fardin e Pablo Bernardo, ambos da  
86 empresa Fardin Assessoria Atuarial, responsáveis pela elaboração do referido cálculo.  
87 Inicialmente, Aline apresentou-se e salientou que seu ingresso no Departamento foi no  
88 final de 2011 e por não ter experiências em cálculo atuarial de empresas públicas, não  
89 desenvolveu o trabalho final, mas o acompanhou desde o início inclusive fazendo cálculos  
90 paralelos que chegaram próximo aos resultados apresentados pela empresa. O Sr. José  
91 Guilherme Fardin diz que a empresa Fardin Assessoria Atuarial atua no mercado desde o  
92 início da instituição dos Regimes Próprios de Previdência – RPPS – conforme determinado  
93 pela Lei nº 9717/98, e já atuaram em vários municípios, salientando que RPPS é uma  
94 matéria que ainda está em discussão, apesar de ter sido regulamentada em 1998. Para

95 realizar o cálculo atuarial do município de Porto Alegre a empresa foi vencedora do pregão  
96 eletrônico e o cálculo foi realizado conforme apresentado – segregado – Repartição  
97 Simples e Capitalizado. Ressalta que para ser viável dentro de uma estrutura, dentro de  
98 uma cidade-capital a segregação se tornou indispensável. A segregação distribui o grupo  
99 de todos os servidores envolvidos no sistema, ou seja, todas as matrículas efetivas que  
100 estão ativas vinculadas ao sistema. Em Porto Alegre em 10/09/2001 foi determinada a  
101 segregação, separando os grupos em Sistema de Repartição Simples, este não gera reserva  
102 matemática e está em extinção, é chamado de Regime de Caixa, pois se faltar recursos o  
103 município supre. Outro grupo é o Regime Capitalizado, este seguirá normas atuariais de  
104 reserva matemática e através das contribuições e do retorno dos investimentos destas  
105 contribuições, para honrar compromissos tanto da aposentadoria dos servidores deste  
106 grupo, quanto para outros compromissos como pagamentos de pensões e/ou auxílios, o  
107 PREVIMPA-CAP não terá necessidade de auxílio externo. Neste Regime deve ser  
108 observado o presente e prever a acumulação de recursos em um determinado período. Para  
109 elaboração do cálculo atuarial são utilizados parâmetros sendo definidos como biométricos  
110 e não biométricos. Dentre os biométricos estão as Tábuas (premissas legais) e dentre os  
111 não biométricos está o crescimento salarial, crescimento do grupo dentro das séries  
112 estudadas (este justifica o motivo pelo qual o cálculo atuarial deve ser anual), taxas de  
113 juros utilizadas para retorno dos investimentos onde possibilitará observar quando as  
114 alíquotas poderão sofrer alterações. A análise dos dados é feita com base no exercício  
115 anterior, a idade inicial das contribuições é relevante para determinar a previsão da  
116 aposentadoria. Após a abordagem geral acerca do cálculo atuarial passou-se a apresentação  
117 dos resultados apurados. Valor Atual dos Benefícios Futuros: R\$ 1.103.051.326,10 (um  
118 bilhão, cento e três milhões, cinqüenta e um mil, trezentos e vinte e seis mil e dez  
119 centavos) e Valor Atual da Contribuição Futura: R\$ 442.466.330,44 (quatrocentos e  
120 quarenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta reais e  
121 quarenta e quatro centavos), configurando um passivo atuarial de R\$ 660.584.995,66  
122 (seiscentos e sessenta milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e  
123 cinco reais e sessenta e seis centavos). Somado ao ativo do plano, no último dia útil do ano  
124 de dois mil e onze, de R\$ 340.187.825,45 (trezentos e quarenta milhões, cento e oitenta e  
125 sete mil, oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e somado também ao  
126 COMPREV, estimado em 10% do valor dos benefícios futuros, R\$ 110.305.132,61 (cento  
127 e dez milhões, trezentos e cinco mil, cento e trinta e dois reais e sessenta e um centavos),  
128 resulta em um déficit atuarial de R\$ 210.092.037,60 (duzentos e dez milhões, noventa e  
129 dois mil, trinta e sete reais e sessenta centavos). A solução apresentada pela empresa  
130 Fardin Assessoria Atuarial para que se busque a eliminação do déficit consiste em uma  
131 mudança nas alíquotas de contribuição. Para o ano de 2012 ocorreria a manutenção das  
132 alíquotas de 11% pelo servidor e 22% (18,969% de alíquota normal e 3,031% de alíquota  
133 suplementar) referente à contribuição patronal, e então, de 2013 até 2046, a alíquota  
134 suplementar da contribuição patronal passaria dos atuais 3,031% para 5,175%, totalizando  
135 então em uma contribuição patronal para os anos de 2013 até 2046 de 24,144%. Finda a  
136 apresentação os representantes da empresa agradecem a oportunidade de estarem junto a  
137 este Colegiado e deixam uma mensagem: “o mais importante na vida não é a situação em  
138 que estamos, mas a direção para a qual nos movemos”. O Presidente agradece-os em  
139 nome do Colegiado e abre espaço para questionamentos. A conselheira Maris questiona se  
140 as Tábuas usadas são estabelecidas de forma geral ou são regionalizadas. A conselheira  
141 Fatima na mesma linha da conselheira Maris questiona se há um parâmetro específico para  
142 servidores públicos ou são usados os mesmos parâmetros determinados pelo IBGE e que

143 abrangem também servidores do Regime Geral. Sendo respondido pelos representantes da  
144 Fardin de que as Tábuas definidas pelo IBGE comportam a média nacional e não  
145 consideram questões regionais ou de categorias. Acredita que, apesar de consistir em  
146 estudo interessante, não provocaria alteração significativa nos resultados. Exemplifica com  
147 a Tábua utilizada para seguros que foi alterada recentemente pela SUSEPE  
148 (superintendência de seguros privados). Para a realização do cálculo atuarial dos RPPS a  
149 maioria das Tábuas é determinada pelo MPS, porém há algumas que podem ser específicas  
150 do cliente, como exemplo para a elaboração do cálculo atuarial do município de Porto  
151 Alegre a Tábua da composição familiar foi usada a base fornecida pelo Departamento. A  
152 conselheira Marilena questiona se sempre que houver concessão de benefícios é necessário  
153 que seja realizado um estudo atuarial. Sendo respondido que sim, mesmo que seja do  
154 Regime de Repartição Simples, que é a juro zero, pois terá impacto no futuro. O  
155 conselheiro Gilmar diz que o déficit de R\$ 210 milhões no Plano Capitalizado é  
156 preocupante, questiona os parâmetros utilizados e se estes foram diferentes dos cálculos  
157 anteriores que apresentavam déficits bem inferiores, sendo o último déficit no valor de  
158 aproximadamente R\$ 6.200mil (seis milhões e duzentos mil reais) conforme cálculo  
159 apresentado em 2011. O atuário justificou que não encontrou motivos técnicos para  
160 tamanha diferença, informou que seus cálculos foram todos revisados e também que foram  
161 feitas diversas simulações com o objetivo de apurar os motivos das diferenças em relação  
162 às avaliações anteriores, mas em todos os cenários o valor do déficit se manteve muito  
163 maior do que o apontado em 2011, sendo assim, nada poderia afirmar sobre o trabalho da  
164 consultoria anterior e sim que a presente avaliação foi elaborada levando em consideração  
165 os mais usuais preceitos técnicos e atuariais aplicáveis à matéria, ressaltando, no entanto de  
166 que todo o ano haverá transformações devido ao ingresso de novos servidores. O  
167 conselheiro Brum questiona em relação ao Regime de Repartição Simples que aparece  
168 zerada no prazo de 75 anos se é por extinção, sendo respondido pelo atuário que sim, o  
169 conselheiro questiona ainda quanto ao Regime Capitalizado se há possibilidade de ingresso  
170 de recurso de outras fontes de receitas que não seja só as oriundas de receitas financeiras e  
171 qual a idade média de ingresso do servidor público no município de Porto Alegre. A  
172 atuária Aline responde que a idade média é de 34 anos considerando que o ingresso na  
173 iniciativa privada é com 25 anos, cada servidor trás através da compensação previdenciária  
174 ingresso de receita em torno de 9 anos, porém junto vem um passivo, tendo em vista que o  
175 valor a compensar é menor que o valor que receberá no serviço público. O Presidente  
176 manifesta preocupação na mesma linha do conselheiro Gilmar reportando-se ao resultado  
177 atuarial apresentado neste ano em relação aos anos anteriores e remete sua fala ao que foi  
178 colocado na sessão anterior pelo conselheiro Rigotti quando este salientou “quando houver  
179 discrepância dos resultados apresentados no cálculo atuarial entre um exercício e outro  
180 poderá ser questionado pelo Tribunal de Contas”, sendo acrescentado pelo conselheiro que  
181 o Ministério Público também poderá investigar. O presidente ressalta sua preocupação  
182 diante das diferenças entre os cálculos de um exercício e outro, diz ainda que em várias  
183 reuniões, congressos em que participa vê que a base cadastral é bastante evidenciada e  
184 sugere que o Departamento se reorganize em função de uma base cadastral mais  
185 estruturada para melhor embasamento dos resultados atuariais. O Atuário tranquiliza os  
186 conselheiros para que não construam uma linha de raciocínio negativa em relação à base  
187 cadastral, pois esta não alterará significativamente os resultados apresentados. Salienta que  
188 mesmo antes da empresa Fardin concluir o resultado do cálculo atuarial, a atuária do  
189 PREVIMPA-Aline fez várias simulações chegando sempre a resultados bem próximos aos  
190 apresentados pela empresa Fardin e diferente dos anos anteriores. O conselheiro Manuel

191 diz que a Lei que criou a previdência própria exige o cálculo atuarial e que durante 10 anos  
192 o PREVIMPA contratou através de licitação empresa para realizar o cálculo atuarial e  
193 enfatiza sua preocupação que desde 2009 quando participava do Conselho Fiscal era  
194 evidente a necessidade do Departamento ter em seu quadro funcional um servidor atuário.  
195 A conselheira Fatima diz ser importante registrar que há uma previsão de que o setor de  
196 cadastro do Departamento se concretize no próximo ano e questiona quanto ao passivo  
197 atuarial apontado no relatório e a recomendação de que seja ampliado o custo suplementar  
198 apontando que será para o ente. O atuário responde que o custo suplementar é a  
199 necessidade de financiamento dos R\$ 210 milhões e não pode onerar o servidor,  
200 acrescentando que o município terá 35 anos para o pagamento desta dívida, sendo  
201 corroborado pelo conselheiro Rigotti que está se trabalhando para este prazo passar para 40  
202 anos. O Presidente diz entender que o aumento de alíquota dos servidores depende de  
203 iniciativa Federal. Neste caso, ocorrendo aumento da alíquota dos servidores Federais  
204 conseqüentemente aumentará as alíquotas dos servidores municipais. Sendo respondido  
205 pelo atuário que o Ministério da Previdência permite aumentar a alíquota no caso de déficit  
206 no custo normal e que o custo suplementar é de responsabilidade do patronal. O  
207 conselheiro Rigotti diz que o perfil dos novos servidores está mudando como exemplo  
208 houve ingresso de muitos professores. Quanto à questão do cadastro concorda com o  
209 Presidente e diz que está tendo um embate duro com a SMA para que o cadastro seja  
210 realizado no ingresso do servidor, salientando que está previsto para este ano o senso dos  
211 ativos e para o próximo ano o recadastramento dos aposentados e pensionistas. Quanto ao  
212 resultado do cálculo atuarial apresentado em relação ao custo normal não teve muita  
213 diferença em relação ao ano anterior já o custo suplementar foi bastante divergente. O  
214 conselheiro reporta-se ainda ao conselheiro Gilmar quando este disse que em cálculos de  
215 exercícios anteriores chegou a ser sugerida outra segregação de massa por serem  
216 superavitários e que na época dessas sugestões foi dito que primeiramente se  
217 acompanhariam os resultados durante cinco anos. Quanto ao cálculo deste ano diz que  
218 foram realizados vários testes e agora estão sendo realizados testes em relação aos anos  
219 anteriores e que não se descarta a possibilidade de uma auditoria referente aos últimos  
220 cálculos apresentados incluindo o deste ano. O conselheiro Pedro Martins manifesta sua  
221 opinião dizendo que em função da discrepância entre o resultado apresentado este ano em  
222 relação aos anos anteriores é favorável ao processo de auditagem. Devido ao adiantado da  
223 hora e tendo em vista que a reunião já ter seu horário prorrogado o Presidente em nome do  
224 Colegiado agradece aos representantes da empresa Fardin e diz que em função das  
225 manifestações dos Conselheiros acerca dos resultados apresentados propõe que na próxima  
226 sessão seja retomado o assunto com vistas às discussões sobre a apresentação do DRAA. O  
227 presidente encerrou a reunião às 12h e 10min (doze horas e dez minutos) e determinou que  
228 fosse lavrada a presente Ata que vai ser assinada por mim, Fátima Regina Carlos Saikoski  
229 – secretária de Mesa e pelos demais presentes.

230

231

232

233 Pedro Luis da Silva Vargas – Presidente

Fatima Regina Carlos Saikoski – Secretária

234

235

236

237 Alexandre Salgado Marder

Eduardo Kreuzer

238		
239		
240		
241	Francisco José Menezes da Silva	Gilmar Cardozo dos Santos
242		
243		
244		
245	Hailton Terra de Jesus	Luiz Fernando Rigotti
246		
247		
248		
249	Marilena Ruschel da Cunha	Maris Regina Vieira Honaiser
250		
251		
252		
253	Marisa Ney Santos de Pinho	Pedro Luis Martins
254		
255		
256		
257	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Sergio Luiz Brum
258		
259		
260		
261	José Marcelino Heck	Manuel Roberto Escobar
262		